

### Texto 3

## **PRIORIDADES E DIRETRIZES DO SUAS: QUALIFICANDO E APRIMORANDO NA PERSPECTIVA DA UNIVERSALIDADE 1**

Concluimos o estudo do texto precedente, com a definição do primeiro passo, e do meu ponto de vista, o mais importante nesse processo, pois o Diagnóstico Socioterritorial direciona/delimita as principais questões a serem enfrentadas pela administração municipal. No cenário nacional, conforme aponta a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 7/2016, assinala que nosso desafio é marcado pela necessidade de se **UNIVERSALIZAR O SUAS, RESPEITADA A DIVERSIDADE DA REALIDADE BRASILEIRA, COM GARANTIA DE UNIDADE EM SEU PROCESSO DE GESTÃO, PARA CONSOLIDAR A PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL NA SEGURIDADE SOCIAL.**

Assim, com o estudo do nosso território, ou melhor, dos nossos territórios no âmbito municipal:

- **Quais as necessidades identificamos?**
- **Quais as diversidades encontramos?**
- **Como podemos qualificar nossa oferta para assegurar a universalidade?**
- **Como aprimorar o SUAS no meu território, tendo como foco as funções<sup>2</sup> da política de Assistência Social?**
- **Quais as perspectivas de futuro?**

---

<sup>1</sup> Texto organizado por Laurisabel Guimarães Pinheiro, Assistente Social pós-graduada em Políticas Públicas pela UFPE.

<sup>2</sup> São funções da política: proteção social, vigilância social e defesa e garantia de direitos. **Proteção Social** é o conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS, para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação efetiva, biológica e relacional. (BRASIL. NOB, 2005, p.16). **Vigilância Sociocioassistencial:** Consiste no desenvolvimento da capacidade e dos meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social, para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. Três aspectos se destacam na função de vigilância social, no âmbito da assistência social: 1) Produção, sistematização de informações, construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida; 2) Identificação de pessoas com redução da capacidade 110 pessoal, com deficiência ou em abandono; identificação da incidência de crianças e adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças; e identificação da incidência de vítimas de apatidão social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; 3) Exercício da vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social, em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. (BRASIL. PNAS, 2004, p.34; BRASIL. NOB, 2005).

Depois dessa análise da realidade, nosso próximo passo é definirmos as **diretrizes** e **objetivos estratégicos** para o avanço do SUAS nos próximos 10 anos.

Para elaboração do Plano Nacional foram definidas 7 (sete) prioridades e os objetivos a serem trilhados para intervir na realidade, observar tabela abaixo. Considero importante pautarmos nossas análises e construção do Plano Decenal (2016-2026), com base nas prioridades nacionais, haja vista ser o governo federal o coordenador e financiador dessa política. Portanto devemos conhecer o que foi definido no seu, no nosso, planejamento.

<b>Diversidade territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adequar as estruturas e ofertas, de forma a atender as especificidades dos territórios.</li></ul>
<b>Diversidade sociocultural</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir a equidade no SUAS de modo a responder pela proteção socioassistencial para segmentos, grupos específicos e tradicionais.</li></ul>
<b>Qualificação do trabalho na Assistência Social</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Profissionalizar a Assistência Social, nos âmbitos da gestão, do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda e, do apoio ao exercício do controle social.</li></ul>
<b>Qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprimorar, qualificar e reordenar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.</li></ul>
<b>Organização do SUAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprimorar e qualificar o SUAS, visando adequar às realidades locais e regionais.</li></ul>
<b>Intersetorialidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fortalecer e incrementar a intersetorialidade, como estratégia de gestão, visando garantir a proteção integral à família e indivíduos.</li></ul>
<b>Participação social</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consolidar e fortalecer a gestão democrática e participativa na Assistência Social.</li></ul>

A partir dessas prioridades e estudos foram indicadas 5 (cinco) diretrizes<sup>3</sup>. A seguir apresentamos as mesmas com base na Resolução CNAS nº 7/2016, a saber:

### **PRIORIDADES E DIRETRIZES DO SUAS: QUALIFICANDO E APRIMORANDO NA PERSPECTIVA DA UNIVERSALIDADE <sup>4</sup>**

Com essa diretriz pretende-se que os serviços e benefícios sejam acessíveis para todos os públicos e territórios, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Desse modo, o nosso diagnóstico deve nos ter revelado as diversidades territoriais e populacionais do município; onde estão concentradas e/ou espalhadas nossa população em situação de vulnerabilidade e risco nos territórios do município; como se caracteriza as diversidades presentes no município; apontado as particularidades da atenção no município em virtude áreas de fronteira, litorâneas, semiárida, dentre outras; identificado a intensidade da população rural e, ao mesmo tempo, as expressões de ruralidades; indicado a necessidade de oferta de serviços especializados de acordo com a realidade Regional, Urbano central, Urbano periférico itinerante e rural, entre outras questões sociais a serem transformadas.

### **DIRETRIZ 2. CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO SUAS, RESPEITANDO A DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, DAS FAMÍLIAS E DOS TERRITÓRIOS.**

O objetivo principal dessa diretriz é buscar o contínuo aperfeiçoamento por meio da plena consolidação dos dispositivos de gestão do trabalho, de gestão da vigilância socioassistencial, da gestão orçamentária e financeira, do pacto federativo como forma de assegurar a integralidade da proteção social, com o comprometimento de todos os entes federados.

Para definirmos nossos objetivos e metas diante dessa diretriz, nosso diagnóstico deve ter nos respondido se as equipes de referência do município são suficientes e qualificadas para atuar nas situações identificadas e estabelecidas como objeto do nosso plano para a próxima década; se os recursos financeiros são suficientes para acabar com a desprecarização dos vínculos trabalhistas dos trabalhadores do SUAS no município; se a gestão está capacitada e adequada para contribuir com o aperfeiçoamento da gestão do trabalho, da vigilância e da orçamentária e financeira, dentre outras questões importantes para efetivação das mudanças necessárias ao seu aperfeiçoamento.

<sup>3</sup> Diretrizes são orientações, guias, rumos. São linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. São instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação, etc. (Fonte: <http://www.significados.com.br/diretrizes/>. Acessado em 10/07/2016)

<sup>4</sup> Texto organizado por Laurisabel Guimarães Pinheiro, Assistente Social pós-graduada em Políticas Públicas pela UFPE.

### **DIRETRIZ 3. PLENA INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA DE RENDA NA GESTÃO DO SUAS EM ÂMBITOS FEDERAL, ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL.**

Essa diretriz aponta para necessidade de definir e demarcar o lócus institucional da gestão do Cadastro Único e dos benefícios socioassistenciais continuados, eventuais e de transferência de renda, que fortaleça e faça jus aos seus papéis estratégicos e às necessidades e complexidades de sua gestão no âmbito do SUAS, integrados aos serviços socioassistenciais e aos registros nos sistemas de informação correspondentes.

Alguns municípios e estados a gestão do CadÚnico está sob a responsabilidade da vigilância socioassistencial, por ser um importante instrumento de pesquisa e revelador de indicadores; em outros na proteção social básica. Os benefícios eventuais, por sua vez está definido dentro da proteção básica, embora a população possa ter acesso ao mesmo independente do serviço dentro das complexidades tenha a atendido, basta estar dentro dos critérios estabelecidos em Lei.

### **DIRETRIZ 4. PLENA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL**

O objetivo geral dessa diretriz é fortalecer e ampliar espaços de participação, pactuação, negociação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS e implementar política de comunicação que assegure ampla divulgação das provisões socioassistenciais, reafirmando-as como direitos e enfrentando preconceitos.

Ao refletirmos sobre essa diretriz no âmbito municipal, observamos que a participação social, no seu conceito pleno, ainda é um dos maiores desafios. Aqui cabe ao gestor um papel fundamental no fortalecimento dos conselhos municipais, desvinculando a política partidária da atuação desse importante órgão de controle dessa política pública. Precisamos qualificar a atuação dos conselheiros e inserir os usuários nesse importante espaço de deliberação.

**Como fazer isso nos próximos 10 anos**



## DIRETRIZ 5. PLENA INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

Passados dez anos, nos próximos dez anos, considero essa diretriz como outro grande desafio na consolidação do SUAS. Precisamos atuar de forma integrada e articulada com as demais políticas. De tal modo, precisamos estabelecer estratégias de gestão para construção de uma agenda comum das políticas sociais destinadas à Proteção Social, à inclusão e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Essa medida irá potencializar as ações, otimizar recursos públicos, fortalecer as políticas em desenvolvimento no município, além de evitar a sobreposição das ações.

Conforme exposto por Koga, em sua apresentação no XVIII Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, a mesma chama atenção para:

***"A congruência entre o Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011-2020), o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013-2023), a partir da discussão sobre descentralização político-administrativa, a participação popular e a Intersetorialidade nas políticas públicas. O papel da política da Assistência social na integração com as demais políticas públicas, levando em consideração o Pluralismo institucional, flexibilidade organizacional, trabalho em equipe e redes interorganizacionais, bem como discutir as estruturas de fragmentação das ações governamentais".***

A análise dos dados levantados no nosso diagnóstico, também deve apresentar uma perspectiva de futuro do município. Assim, tendo esse diagnóstico precisamos estabelecer as nossas metas e indicadores, definindo as formas de monitorar e avaliação o Plano nesses 10 anos. Considero que devemos completar nosso estudo com a leitura da Resolução CNAS nº7/2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Dicionário de termos técnicos da assistência social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007. 132 p.

BRASIL. Constituição Federal; 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, novembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS; 2005.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH – SUAS; 2006.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS; 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 32 de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 7, DE 18 DE MAIO DE 2016. Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026).

FREITAS, Aparecida do Rocio; OLIVEIRA, Neuza Corte de. Planejamento e Gestão estratégica. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

KOGA, Dirce. Planos Decenais das políticas setoriais e a interface com o SUAS. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DO CONGEMAS 2016, Brasília.

LAISNER, Regina; PAVARINA, Paula. O papel estratégico do diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPPs Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp Franca/Brasil.

NUNES FILHO, Paulo de Souza. Planejamento estratégico governamental. Bahia: Secretaria da Administração do Estado da Bahia, 2012. 104 slides, color. Acompanha texto.

REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



SILVA E SILVA, M.O; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. SP: Cortes, 2004.